



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

LENILSON DA FONSECA LACERDA

Presidente da Câmara Municipal de Águia Branca

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município

OAB/ES 29.295 – Decreto 9.245/2021

FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE

Auditora Pública Interna

CRC ES – 018478/O-5

2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Águia Branca

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Águia Branca

Gestor responsável: Lenilson da Fonseca Lacerda

Exercício: 2022

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2022, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 9.835/2022, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa SCI Nº 06/2021, bem como em razão da regulamentação da Instrução Normativa 34/2015, Instrução Normativa 68/2020 e, Resolução 227/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou todos os esforços para no curso do exercício do ano de 2022, realizar o atendimento de todas as notificações dos órgãos de Controle Externo, além de realizar o Acompanhamento do e-SIC, Monitoramento do Portal Transparência e atendimento ao canal de Ouvidoria.

É notório que, apesar do cumprimento parcial das atividades planejadas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2022, foram realizadas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, avaliações da Unidade Gestora – CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA - no que se refere aos pontos de controle contidos na Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho.	Relatório de Auditoria do Processo nº 5010/2022	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Despesas empenhadas do dia 01.01.2022 a 31.08.2022 no total de R\$ 421.499,25 Total de processos de despesa no período de 01.01.2022 a 31.08.2022: 186 processos Período Analisado: 01.01.2022 a 31.08.2022	Amostra de despesas no valor de: R\$ 244.857,88 Quantidade da Amostra: 93 processos de despesa. Período Analisado: 01.01.2022 a 31.08.2022
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD Listagem de Pagamentos do Sistema de Contabilidade Pública Listagem de Arrecadação de Receitas do RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/02, art. 79 RPPS RGPS	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2022: RPPS= R\$ 288.389,54 RGPS= R\$ 87.198,05 Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e RGPS no exercício de 2022: R\$ 375.587,59 Período analisado: 12 meses
1.2.4	Retenção/ Repasse de obrigações previdenciárias – parte servidor	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RPPS no exercício de 2022: R\$ 98.787,23	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		servidores - DEMCSE Listagem de Pagamentos do Sistema de Contabilidade Pública Listagem de Arrecadação de Receitas do RPPS	Lei 8.212/1991 Lei Municipal, 523/02, art. 79 - RPPS RGPS	tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RGPS no exercício de 2022: R\$ 40.111,49 Período analisado: 12 meses	RGPS no exercício de 2022: R\$ 138.898,72 Período analisado: 12 meses
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Balanco Patrimonial - BALPAT Balancete da Verificação – BALVER Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE DELREP – Declaração sobre repasse integral das contribuições previdenciárias (servidor e patronal)	CF/88, art.40; LRF, art.69; Lei 9717/1998, art.1º; Lei 8.212/1991; Regime de Competência.	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivos da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se o saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Informações contábeis dos seguintes arquivos da PCA: Balanco Patrimonial - BALPAT Balancete da Verificação – BALVER Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE DELREP – Declaração sobre repasse integral das contribuições previdenciárias (servidor e patronal)	Informações contábeis dos seguintes arquivos da PCA: Balanco Patrimonial - BALPAT Balancete da Verificação – BALVER Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE DELREP – Declaração sobre repasse integral das contribuições previdenciárias (servidor e patronal)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Conforme análise extraída do Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE, do Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD, e da Listagem de Pagamentos de obrigações previdenciárias ao INSS e ao RPPS, através da amostra de Recolhimento Previdenciário, não foram constatados parcelamentos de débitos previdenciários.
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanco Patrimonial – BALPAT; Inventário de Bens Móveis – INVMOV; Inventário de Bens Imóveis – INVIMO; Inventário de Bens	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação,	Saldo de valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanco Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVMOV.	Período Analisado: 12 meses Valor total dos Bens Móveis: R\$ 137.293,49



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Intangíveis - INVINT		amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.		<p>Valor total do Inventário de Bens Móveis: R\$ 137.293,49</p> <p>Valor total do Inventário de Bens Imóveis: R\$ 0,00</p> <p>Valor total do Inventário de Bens Intangíveis: R\$ 0,00</p>
1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação.	<p>Balanço Patrimonial – BALPAT</p> <p>Extrato Bancário em 31/12/2022 - EXTBAN -</p> <p>Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP</p>	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	<p>Conta Corrente Número 340774-9 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO BANESTES</p> <p>Período analisado: 12 meses</p>	<p>Conta Corrente Número 340774-9 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO BANESTES</p> <p>Período analisado: 12 meses</p>
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação.	<p>Termo de Verificação de Disponibilidade - TVDISP;</p> <p>Extrato bancário em 31/12/2022 - EXTBAN</p> <p>Balanço Financeiro - BALFIN;</p>	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	<p>Conta Corrente Número 3407749 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO BANESTES</p> <p>Total: R\$ 0,00</p> <p>Período Analisado: 12 meses</p>	<p>Conta Corrente Número 3407749 Agência 0180 Águia Branca/ES BANCO BANESTES</p> <p>Total: R\$ 0,00</p> <p>Período Analisado: 12</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Balanco Patrimonial - BALPAT; Demonstração dos Fluxos de Caixa - DEMFCA			Foi identificado a integridade dos valores evidenciados pelas demonstrações contábeis com os valores registrados no extrato bancário no final do exercício.	meses
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano do mandato	Balanco Financeiro – BALFIN Demonstrativo de Restos a pagar – DEMRAP Balanco Patrimonial - BALPAT	LC 101/2020, art.42	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	Conciliação das informações contábeis dos demonstrativos: Balanco Financeiro – BALFIN, Demonstrativo de Restos a pagar – DEMRAP, Balanco Patrimonial – BALPAT, ao qual verificou-se que as obrigações foram cumpridas integralmente dentro do exercício financeiro. Balanco Financeiro – BALFIN Pagamento de Restos a Pagar não processados: R\$0,00 Pagamento de Restos a Pagar processados: R\$0,00 Balanco Patrimonial – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo: R\$0,00 Demonstrativo de Restos a pagar – DEMRAP R\$0,00	Período analisado: 12 meses Balanco Financeiro – BALFIN Pagamento de Restos a Pagar não processados: R\$0,00 Pagamento de Restos a Pagar processados: R\$0,00 Balanco Patrimonial - BALPAT Fornecedores e contas a pagar a curto prazo: R\$0,00 Demonstrativo de Restos a pagar – DEMRAP: R\$0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Relatório de Gestão Fiscal - RGF Verificação das despesas empenhadas no Portal da Transparência no exercício de 2022 ¹ Verificação dos Contratos realizados pela Câmara Municipal publicados no Portal da Transparência no exercício de 2022	LC 101/2000, Art.18	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Em análise ao ponto de controle, evidencia-se que não foram realizadas contratações que configurassem mão de obra terceirizada em substituição de servidores.	Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Outras despesas correntes decorrentes de contratação de terceirizada ou contratação de forma direta. Verificação das despesas empenhadas no Portal da Transparência no exercício de 2022 ² Verificação dos Contratos realizados pela Câmara Municipal publicados no Portal da Transparência no exercício de 2022 Período Analisado: 12 meses
-------	-------------------------------------	---	---------------------	---	---	---

¹ Listagem de empenhos da Câmara Municipal de Águia Branca. Exercício de 2022. Disponível em: <https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/empenhos.aspx>

² Listagem de empenhos da Câmara Municipal de Águia Branca. Exercício de 2022. Disponível em: <https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/empenhos.aspx>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.4.7	Despesas com pessoal limite	Relatório de Gestão Fiscal - RGF Relatório de Gestão – RELGES Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD	LC 101/2000, arts. 19 e 20	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68 Gasto com pessoal incluindo encargos sociais: R\$ 1.593.856,04 Percentual dos gastos com folha 3,07% (Limite apurado) Limite Máximo: 6% Total: R\$ 3.116.960,687	Receita Corrente Líquida: R\$ 51.949.344,68 Gasto com pessoal incluindo encargos sociais: R\$ 1.593.856,04 Percentual dos gastos com folha 3,07% (Limite apurado) Limite Máximo: 6% Total: R\$ 3.116.960,687 Período Analisado: 12 meses
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites nulidade do ato	Atos publicados no Portal da Transparência Lei nº 1699/2022 Resolução nº 64/2022 Resolução nº 65/2022	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas no artigo 21, da LRF.	Lei nº 1699/2022 Resolução nº 64/2022 Resolução nº 65/2022. Em análise aos atos normativos praticados, verifica-se que a Unidade Gestora não praticou atos que provocaram aumento de despesa em conformidade com o art. 21, LRF	Período Analisado: 12 meses -Lei nº 1699/2022 com Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						<p>anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>- Resolução nº 64/2022 com Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF); e Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).</p> <p>-Resolução nº 65/2022 com Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF), e Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação</p>
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato	Atos normativos publicados no Portal da Transparência nos últimos 180 dias do mandato: Resolução nº 64/2022 Resolução nº 65/2022	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedido nos últimos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder	Atos normativos aprovados nos últimos 180 dias do final do mandato No tocante a Resolução nº 64/2022 – editada em 07/12/2022, ressalta-se que muito embora a despesa tenha se produzido no final do mandato, não é suficiente a comprometer o orçamento vigente da Unidade Gestora, eis que o gasto não influenciou em violação ao limite de despesa com pessoal, não infringindo a norma contida no art. 20 da LRF.	Resolução nº 64/2022 – editada em 07/12/2022 Resolução nº 65/2022 – editada em 15/12/2022
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	Relatório de Gestão Fiscal - RGF Relatório de Gestão – RELGES Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Conforme análise do limite apurado, observou-se que as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF não foram aplicadas a Câmara Municipal de Águia Branca/ES, em razão ausência de descumprimento com limite prudencial previsto em lei.	Limite Máximo: 6% Total: R\$ 3.116.960,68 Limite Apurado: 3,07% R\$ 1.593.856,04 Limite Prudencial: 5,70% R\$ 2.961.112,65



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências /Medidas de contenção	Relatório de Gestão Fiscal - RGF Relatório de Gestão – RELGES Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Não ocorreu extrapolação do limite de despesas com pessoal previsto no art. 20 da LRF.	Período Analisado: 12 meses Limite Máximo: 6% Total: R\$ 3.116.960,68 Limite Apurado: 3,07% R\$ 1.593.856,04
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Lei nº 1.667/2021 – LOA Lei nº 1.634/2021 - LDO Resolução Nº 064/2022 Resolução Nº 065/2022 Lei nº 1699/2022	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas	Em análise aos atos normativos praticados no exercício de 2022, quais sejam: Lei nº 1699/2022; Resolução Nº 064/2022; e Resolução Nº 065/2022, verifica-se a existência de prévia dotação orçamentária e autorização na LDO para expansão da despesa com pessoal.	Período Analisado: 12 meses Lei nº 1.667/2021 – LOA Lei nº 1.634/2021 - LDO Resolução Nº 064/2022 Resolução Nº 065/2022 Lei nº 1699/2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				e as sociedades de economia mista.		
1.4.13	Poder Legislativo Municipal despesa com folha de pagamento	Relatório de Gestão Fiscal – RGF Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD Relatório de Gestão Fiscal – RGF Decreto Administrativo nº001/2021 Lei Municipal nº 1.699/2022	CRFB/88, art. 29-A, §1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Valor total da despesa com Folha de Pagamento: R\$ 1.218.268,45 Limite Apurado: 61,85% Limite Máximo: 70% R\$ 1.378.999,95	Anual Período Analisado: 12 meses Total de Repasse de duodécimos recebidos no exercício: R\$1.969.999,92 Total da Despesa legislativa com Folha de Pagamento: R\$1.218.268,45 Limite Apurado: 61,85% Limite Máximo: 70% R\$ 1.378.999,95
1.4.17	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação	Decreto Administrativo nº 001/2021 Lei Municipal nº 1.699/2022 FIXSUB	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	Decreto nº 001/2021 de Reajuste do subsídio dos Vereadores para adequar ao limite constitucional, tendo em vista a redução aplicada pelo Decreto Administrativo 01/2017 Lei Municipal nº 1.699/2022 – Reajuste Anual Vereador: Subsídio de	Decreto Administrativo nº 001/2021 Lei Municipal nº 1.699/2022 Vereador: Subsídio de R\$ 3.780,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.320,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					R\$ 3.780,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.320,00	Deputado Estadual: Subsídio de R\$ 25.322,25 Limite Máximo: 20% Limite Apurado: 13,82% (Vereador) 15,79% (Vereador Presidente) Período Analisado: 12 meses
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos Vereadores - pagamento	Decreto Administrativo nº 001/2021 Lei Municipal nº 1.699/2022 FIXSUB	CRFB/88, art.29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Decreto nº 001/2021 de Reajuste do subsídio dos Vereadores para adequar ao limite constitucional, tendo em vista a redução aplicada pelo Decreto Administrativo 01/2017 Vereador: Subsídio de R\$ 3.780,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.320,00 Lei Municipal nº 1.699/2022 – Reajuste Anual	Decreto Administrativo nº 001/2021 Lei Municipal nº 1.699/2022 Vereador: Subsídio de R\$ 3.780,00 Vereador Presidente: Subsídio de R\$ 4.320,00 Deputado Estadual: Subsídio de R\$ 25.322,25 Limite Máximo: 20% Limite Apurado: 14,93% (Vereador) 17,06% (Vereador Presidente)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Período Analisado: 12 meses
1.4.19	Despesas com pessoal remuneração vereadores	Portal da transparência da Câmara Municipal de Águia Branca Tabela fornecida pela Contabilidade da PMAB. RELGES	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	RCL= R\$ 51.949.344,68 Gasto total anual com o subsídio dos Vereadores: R\$ 407.040,00 Percentual de gastos com subsidio dos Vereadores em 0,78%, respeitando o limite legal de 5%	RECEBIMENTO TOTAL ANUAL DOS VEREADORES: ALTAIR ANDREA POLEZ R\$44.520,00 AMARILDO FRANSKOVIASK R\$44.520,00 ANTONIA APARECIDA CASSUNDE DE OLIVEIRA R\$44.520,00 FLORESMIL BARBOSA FIUZA R\$44.520,00 GEOVANE NICHIO RONCONI R\$44.520,00 JOSÉ CARLOS PARANHO R\$44.520,00 LENILSON DA FONSECA LACERDA R\$50.880,00 MARTA MARIA ALVES



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						DA SILVA FARIAS R\$44.520,00 WALACE ANTONIO DA SILVA SOUZA R\$44.520,00 Gasto total anual com o subsídio dos Vereadores: R\$ 407.040,00 RCL= R\$ 51.949.344,68 Percentual de gastos com subsidio dos Vereadores em 0,78%, respeitando o limite legal de 5%
1.4.20	Poder Legislativo Municipal despesa total	BALEXOD – Balancete da despesa orçamentária; Tabela de transferência de Recursos Financeiros da Prefeitura Municipal de Águia Branca para a Câmara Municipal de Águia Branca de	CRFB/88, art. 29- A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art.153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas	Constatou-se que o valor total das despesas do Poder Legislativo Municipal (R\$1.896.739,16) estão abaixo do limite máximo permitido (R\$ 2.148.830,47) em acordo com o mandamento constitucional.	Despesa Total da Câmara: R\$1.896.739,16 Percentual definido pelo artigo 29-A da CRFB/88 de 7% Receita Tributária: R\$30.697.578,21 Transferência de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Dezembro/2022; RELGES		no exercício anterior.		Duodécimo R\$ 1.969.999,92 Valor Máximo Permitido: R\$ 2.148.830,47 Período Analisado: 12 meses
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos que compõe a PCA 2022 enviada ao Controle Interno em 02.02.2023	IN 68/2020 do TCEES	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	PCA 2022 enviada ao Controle Interno em 02.02.2023, contém todos os arquivos anexados e encontra-se em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES	PCA 2022 enviada ao Controle Interno em 02.02.2023, contém todos os arquivos anexados e encontra-se em conformidade com as exigências da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD Balancete da Despesa orçamentária – BALEXOD Relatório de Gestão - RELGES	CRFB/88, art. 167, II	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Dotação aprovada: R\$ 1.970.000,00 Total empenhado: R\$ 1.896.739,16 Total liquidado: R\$ 1.896.739,16 Total pago: R\$ 1.896.739,16 %Execução: 96,28%	Total da Despesa Executada no período de 12 meses Ocorrência de Créditos Adicionais de Natureza Suplementar e Movimentação de Crédito por meio das Leis Autorizativas nº 1667/2021 e nº1766/2022.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Decreto nº 9.871/2022 Portaria nº 19.519/2022 Decreto nº 9.939/2022 Decreto nº 10.014/2022 Decreto nº 10.700/2022
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 1.634/2021, art.28) LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1667/2021) Demonstrativo dos Créditos Adicionais – DEMCAD Balancete da Despesa orçamentária – BALEXOD RELGES Lei Municipal nº 1766/2022 Decreto nº 9.871/2022 Portaria nº	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Dotação aprovada: R\$1.970.000,00 Total empenhado: R\$ 1.896.739,16 Total liquidado: R\$ 1.896.739,16 Total pago: R\$ 1.896.739,16 %Execução: 96,28%	Ocorrência de Créditos Adicionais de Natureza Suplementar e Movimentação de Crédito por meio das Leis Autorizativas nº 1667/2021 e nº1766/2022, contendo autorização legislativa e indicação de recursos Decreto nº 9.871/2022 Portaria nº 19.519/2022 Decreto nº 9.939/2022 Decreto nº 10.014/2022 Decreto nº 10.700/2022



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		19.519/2022 Decreto nº 9.939/2022 Decreto nº 10.014/2022 Decreto nº 10.700/2022				
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	CRONOS – Ato normativo Decreto nº 0014/2020 JUSTCRO Listagem de pagamentos do Sistema de Contabilidade Pública da Câmara Municipal	Lei 8666/93, art. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Quantidade de Pagamentos analisados: 570 registros Valor total de pagamentos: R\$ 1.896.739,16 Quantidade de pagamentos fora da ordem cronológica: 09 Valor total de pagamentos realizados fora da ordem cronológica de pagamentos: R\$ 3.263,31	Período analisado: 12 meses Ordem cronológica dos pagamentos realizados no período de 12 meses. Total dos pagamentos realizados pela UG no exercício de 2022: 570 Quantidade de pagamentos fora da ordem cronológica: 09 Valor total de pagamentos realizados fora da ordem cronológica de pagamentos: R\$ 3.263,31



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Listagem de credores pagos com quebra da ordem cronológica de pagamentos: Pagamento nº 36/2022 – Liquidação nº 32/2022 – Credor: Kairo José de Oliveira MEI; Pagamento nº 37/2022 – Liquidação nº 33/2022 – Credor: Luiz Paulo Pandolfi Caprini – ME; Pagamento nº 38/2022 – Liquidação nº 34/2022 – Credor: Digitalsing Certificação Digital LTDA; Pagamento nº 39/2022 – Liquidação nº 35/2022 – Credor: Digitalsing Certificação Digital LTDA; Pagamento nº 40/2022 – Liquidação nº 36/2022 – Credor: A&M Publicações LTDA – ME; Pagamento nº 41/2022 – Liquidação nº 37/2022 – Credor:
--	--	--	--	--	--	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Aline Gomes Nascimento Rocha; Pagamento nº 42/2022 – Liquidação nº 38/2022 – Credor: Aline Gomes Nascimento Rocha; Pagamento nº 43/2022 – Liquidação nº 39/2022 – Credor: Aline Gomes Nascimento Rocha; Pagamento nº 44/2022 – Liquidação nº 40/2022 – Credor: Judson Pereira de Oliveira – ME.
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Balancete de Execução Orçamentária - BALEXOD	LC 101/2000, art.9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Não há ocorrência de déficit orçamentário no exercício de 2022, portanto, não foram necessários a expedição de atos de limitação de empenho e movimentação financeira, uma vez que o orçamento comportou a realização de todas as despesas.	LIMITA Balancete de Execução Orçamentária - BALEXOD Período Analisado: 12 meses
2.5.7	Servidores cedidos	DELCEDI – Declaração do ordenador de despesas que o mesmo repassou integralmente todas	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32,	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Ocorrência de Cessão da Servidora Joismar da Silva Alves à Prefeitura Municipal de Águia Branca por meio do Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2018 e Aditivos.	DELCEDI – Declaração do ordenador de despesas que o mesmo repassou integralmente todas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		as contribuições previdenciárias dos servidores cedidos	I, II e III.		Verificou-se através do arquivo DECEDI, em confronto com a relação de contribuições anuais ao RPPS fornecida pela Área de Recursos Humanos, que foram repassadas integralmente as contribuições previdenciárias da servidora cedida.	as contribuições previdenciárias dos servidores cedidos
		Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2018 firmado entre a Prefeitura Municipal de Águia Branca e a Câmara Municipal de Águia Branca, objetivando cessão de servidora pública e aditivos				Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2018 firmado entre a Prefeitura Municipal de Águia Branca e a Câmara Municipal de Águia Branca, objetivando cessão de servidora pública e aditivos
		Relação de Contribuições anuais ao RPPS da Servidora cedida, fornecida pela Área de Recursos Humanos.				Relação de Contribuições anuais ao RPPS da Servidora cedida, fornecida pela Área de Recursos Humanos.
						Período Analisado: 12 meses
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	DELREP - Declaração de repasse integral das contribuições previdenciárias	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Verificação Documental do DERELP ao qual consta o repasse integral das contribuições previdenciárias.	Verificação Documental do DERELP ao qual consta o repasse integral das contribuições previdenciárias.
		BALPAT – Balanço Patrimonial			Análise do Passivo não-circulante do BALPAT ao qual não consta parcelamentos de débitos previdenciários.	Análise do Passivo não-circulante do BALPAT ao qual não consta



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		DEMDIFD - Demonstrativo da Dívida Fundada			Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada.	parcelamentos de débitos previdenciários. Observação direta do DEMDIFD ao qual consta que a Unidade Gestora não possui dívida fundada. Período Analisado: 12 meses
2.5.37	Registro de Admissões	CidadES – Atos de Pessoal Admissões CidadES – Extrato de remessa de Concurso no exercício anterior (RCA)	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Verificação documental dos Atos de Pessoal Admissões e Extrato de remessa de Concurso no exercício anterior (RCA) no CidadES, ao qual não constam admissões de servidores efetivos no exercício de 2022.	Verificação documental dos Atos de Pessoal Admissões e Extrato de remessa de Concurso no exercício anterior (RCA) no CidadES. Período analisado: Exercício de 2022.
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca – Aba Pessoal Atos normativos relativos a pessoal da Unidade Gestora LEIPESS	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Em consulta ao Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca relativos a dados de pessoal, bem como dos atos normativos publicados, verifica-se que no exercício de 2022 não há ocorrência de contratações por tempo determinado em caráter de necessidade temporária ou excepcional interesse público na Unidade Gestora.	Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca – Aba Pessoal Atos normativos relativos a pessoal da Unidade Gestora LEIPESS Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2022 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, a Unidade Central de Controle Interno, contou com o total de 03 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral do Município, e 01 (um) Coordenador Técnico de Auditoria e um 01 (um) Auditor Público Interno efetivo.

Nesse sentido, ao final do ano de 2022, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2022
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	1
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	03

Atualmente, a Controladoria Geral do Município apresenta uma melhora no déficit do quadro de servidores, tendo em vista o preenchimento de 60% das vagas disponíveis, com um total de 03 (três) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, apesar do preenchimento das referidas vagas, a alta demanda do exercício de 2022 prejudicou a execução completa das atividades do PAAI/2022, principalmente em razão do Auditor Público Interno, com formação em Ciências Contábeis cumprir carga horária semanal de 20h (vinte horas), insuficiente a atender as finalidades e demandas oriundas das Unidades Gestoras.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2022, ressalta-se a ocorrência do cumprimento parcial das atividades previstas no PAAI/2022, tendo em vista, como mencionado acima, a alta demanda da Unidade Central de Controle Interno, bem como a disposição de 01 (um)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Auditor Público Interno efetivo com formação em Ciências Contábeis com carga horária semanal de 20h (vinte horas).

2.1 Auditoria Interna executada

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que, a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias de natureza contábil nas Unidades Gestoras.

Partindo da análise do **Cronograma de Auditorias e Atividades do Controle Interno no exercício de 2022**, destacamos que foram previstas 08 (oito) Auditorias a serem realizadas no exercício de 2022, contudo, somente foram executadas 07 (sete) Auditorias, sendo necessário, além das previstas, a abertura de 01 (uma) Auditoria Extraordinária, em razão da demanda de órgão de controle externo, totalizando a abertura de 08 (oito) Auditorias Internas no exercício de 2022. Além disso, foi realizada a finalização de 01 (uma) Auditoria Extraordinária do exercício anterior, conforme transcrevo abaixo:

AUDITORIAS REALIZADAS EM 2022		
1) Auditorias previstas no PAAI/2022 – 07 Auditorias executadas		
2) Auditorias Extraordinárias – 01 Auditoria executada		
IDENTIFICAÇÃO	OBJETO	SITUAÇÃO
Processo nº 3549/2022	Auditoria Interna para avaliar a legalidade, efetividade e conformidade da execução das despesas com diárias concedidas aos Servidores Públicos e Agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Águia Branca Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 5009/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 5010/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Câmara Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 5011/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	Concluído



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Processo nº 5012/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca	
Processo nº 3888/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da Dívida Ativa tributária municipal por meio de protesto e execução fiscal, no período de exercício entre 2018 a 2021. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 6100/2022	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar o pagamento de passivos – Ordem Cronológica das Exigibilidades Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	Concluído
Processo nº 4366/2022	Auditoria Extraordinária para Avaliação do Sistema de Registro de Ponto dos Servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 3256/2021	Auditoria Extraordinária para Avaliação do Sistema de Registro de Ponto dos Servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca/ES Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	Concluído

Ressalta-se que, no tocante a Câmara Municipal de Águia Branca, foi realizada 01 (uma) Auditoria Interna Governamental de Conformidade de natureza contábil referente aos itens de abordagem prioritária – 1.1 - Gestão fiscal, financeira e orçamentária, selecionando o ponto de controle 1.1.2 – Despesa – realização sem prévio empenho, da Tabela Referencial 01 da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES.

Além disso, foi instaurado 01 (um) Processo de Inspeção para avaliação de Reclamação recebida no Sistema de Ouvidoria Municipal sob o protocolo nº 2022060167629.

2.2 Análises Técnicas e Outros procedimentos realizados

Consoante a análise dos demais procedimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2022, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES 28/2013 e Resolução nº 227/2011 TCEES e demais disposições legais aplicáveis, no



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

tocante aos procedimentos adotados pelo Controle Interno no ano de 2022, foram expedidas diversas Recomendações e Alertas ao Poder Legislativo Municipal, conforme os Ofícios e Orientações Técnico Jurídicas, citados abaixo:

- RECOMENDAÇÃO/CGM/006/2022 quanto a Comunicação dos Prazos Cidades – PCA/PCM 2022, conforme IN 68/2020 e alterações do TCEES;
- RECOMENDAÇÃO/CGM/007/2022 quanto a Comunicação dos Prazos Cidades – envio de Remessa de Folha de Pagamento, conforme IN 68/2020 e alterações do TCEES;
- RECOMENDAÇÃO/CGM/008/2022 quanto a publicidade do Relatório de Gestão Fiscal (RGF);
- ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA nº 002/2022 referente a observância do Procedimento para fixação de verba indenizatória de Diárias para os servidores públicos do Poder Legislativo Municipal e Vereadores.

Ressalta-se ainda, que a Controladoria Geral do Município realizou Fiscalização do Levantamento Nacional de Transparência Pública – Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em que avaliou a publicidade e transparência dos atos de gestão da Câmara Municipal de Águia Branca.

2.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

No ano de 2022, consubstancia-se, a ocorrência de elaboração e atualização de Instruções Normativas, conforme listagem abaixo:

Descrição	Situação
Instrução Normativa SFI nº 001/2022 – Câmara Municipal de Águia Branca	Aprovada por Resolução nº 063/2022
Atualização da Instrução Normativa SFI nº 002/2021 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada por Decreto nº 9.952/2022
Instrução Normativa SRH nº 01/2022 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Fase de Análise pelo Gestor



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Instrução Normativa SFI nº 03/2022 –
Prefeitura Municipal de Águia Branca

Fase de Análise pelo Gestor

2.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõe a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2022 da Unidade Gestora da Câmara Municipal, de Presidência do Exmo. Lenilson da Fonseca Lacerda.

Denota-se que o exame teve por objetivo, o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal de Águia Branca, em face ao cumprimento da Norma Constitucional prevista nos arts. 70 e 74 da CRFB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, e consoante as determinações contidas na Instrução Normativa 68/2020, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELUCI, RELACI e INFOCI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas.

Registra-se ainda, o julgamento regular da Prestação de Contas Anual anterior da Unidade gestora – exercício de 2021, ao qual não constam quaisquer determinações ou recomendações pendentes de correção pela UG.

2.5 Do Acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF

Uma das atribuições da Controladoria é exercer o acompanhamento sobre os limites constitucionais, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, e neste sentido, a Controladoria realizou a conferência dos dados contidos nos relatórios contábeis para efeito de apuração da Despesa com pessoal e apuração dos Limites Legais referente a gestão fiscal no período anual de 2022.

Quanto à publicação do Relatório de Gestão Fiscal, o art. 54, caput, e o art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar 101/2000 definiram a periodicidade e o prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

De acordo com Monitoramento realizado ao longo do exercício de 2022, constatou-se a divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dentro dos prazos legais, conforme tabela a seguir:

Referência	Meio de Divulgação	Data Limite para Publicação	Data da Publicação	Republicação
1º Semestre	DOM/ES – Diário Oficial da Amunes Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca	30/07/2022	29/07/2022	N
2º Semestre	DOM/ES - Diário Oficial da Amunes Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca	30/01/2023	30/01/2023	N

Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca; Jornal "O Noticiário".

Portanto, no decorrer do exercício do ano de 2022, não se demonstraram necessárias, quaisquer orientações da Controladoria Geral do Município atinentes a gestão fiscal.

2.6 Acesso a Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadão disponíveis no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Câmara Municipal de Águia Branca.

No exercício do ano de 2022, todas as solicitações registradas no e-SIC e na e-OUV (ouvidoria) foram atendidas conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação
Ano de 2022

MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2022
Janeiro	0	03 pedidos de acesso à informação e/ ou Ouvidoria
Fevereiro	0	
Março	0	
Abril	0	
Maio	03	
Junho	0	
Julho	0	
Agosto	0	
Setembro	0	
Outubro	0	
Novembro	0	
Dezembro	0	

2.7 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA **CONTROLADORIA GERAL**

Em consulta realizada no Portal da Transparência, o cidadão possui acesso ao detalhamento das informações do legislativo, compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município promoveu fiscalização do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca, através do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) iniciado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com vistas a realizar Levantamento Nacional da Transparência Pública cuja finalidade foi diagnosticar, avaliar, recomendar e monitorar a implementação de medidas voltadas a ampliar a transparência pública ativa no Brasil, em observância as regras e diretrizes da Resolução Atricon nº 09/2018.

2.8. Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2022, a Equipe da Unidade Central de Controle Interno participou de diversos Cursos de Capacitação, conforme se menciona a seguir:

- Treinamento INFOCI - Como gerar o arquivo INFOCI conforme anexo III da IN 68, que deve ser enviado junto a prestação de contas (PCA), realizado no dia 03.03.2022, com carga horário de 01 horas, promovido pela empresa EL Produções de Software Ltda;
- Curso Imersão: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – por uma gestão inovadora e eficiente, realizado no período de 16.05.2022 a 18.05.2022, com carga horária de 20 horas, promovido pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP);
- Curso “Atuação do Controle Interno sobre as demonstrações contábeis”, realizado no dia 13.06.2022 em Nova Venécia, totalizando 04 horas – Enfoque 2022 – Encontro de Formação e Controle – Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Curso “A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021)”, realizado nos dias 19 e 20.10.2022 em Pancas, totalizando 16 horas/aula, promovido pela empresa Atual Informativo Fiscal;
- Curso “Controle Interno Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI e INFOCI”, realizado nos dias 15.02.2022 e 16.02.2022 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso “Elaboração de Termo de Referência”, realizado no período de 22.06.2022 a 24.06.2022 em São Domingos de Norte/ES, com carga horária de 20 horas, promovido pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP);
- Webinar: A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) e suas principais inovações, realizado em 08.08.2022 (online), com carga horária de 03 horas, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

3. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UNIDADE GESTORA

COD	PONTO DE CONTROLE	Base legal	INFORMAÇÕES ANALISADAS	PROCEDIMENTO A SER ADOTADO	Universe do Ponto de Controle ³	Amostra Seleccionadas

COD	Achados	Proposições/Alertas	Situação

OBS: NÃO HÁ OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2022.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

**4. ATENDIMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS CONTROLE EXTERNO,
FISCALIZAÇÃO E LEVANTAMENTO**

Quanto aos atendimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno, em razão das Notificações encaminhadas pelo TCEES ao Controle Interno, se destaca:

- Notícia de irregularidade TC nº 195/2022 do Sistema de Ouvidoria “Conta pra Gente”;
- Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com o intuito de mobilizar as próprias instituições de controle, os agentes públicos e a sociedade para concretização do direito fundamental à informação;
- Resposta ao Monitoramento do Acórdão 1668/2018-1 referente ao Processo TC 3521/2016.

5. ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

No tocante as demandas do Ministério Público Estadual, o órgão de Controle Interno atende as solicitações encaminhadas a cargo de fiscalização e apoio ao controle externo ministerial.

Desse modo, alcançam destaque a demanda referente a solicitação de abertura de AUDITORIA no Sistema de Registro de Ponto dos servidores da Secretaria Municipal de Obras, que foi concluído em 26.09.2022.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos realizados pelo Controle Interno, e das documentações e informações prestadas, ponderou-se que as atividades relacionadas a Câmara Municipal de Águia Branca a serem desenvolvidas pelo Controle Interno no ano de 2022 através do PAAI/2022 e da análise dos itens de controle da IN 68/2020 do TCEES, foram desenvolvidas de acordo com a disponibilidade de execução dos trabalhos do Controle Interno.

Para o exercício de 2023, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a atualização de mecanismo de controle com vistas a dar continuidade a reestruturação do Sistema de Controle Interno.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pelo Controle Interno, com a formulação de metas e análise de matriz de risco para os anos subsequentes.

Águia Branca/ES, 08 de março de 2023.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021